

O MYTHOS DA RAZÃO ADMINISTRATIVA*

Fernando Guilherme Tenório**

*"... e damos conta, ainda graças a investigações de caráter inteiramente diverso, que os mitos são mais válidos do que os racionalistas têm ousado admitir."*¹

1. Prólogos - Zeus, o deus olímpico; 2. Ágon - Zeus condena Sísifo; 3. Êxodos - Sísifo busca uma saída.

A mitologia grega reforçando o caráter mítico das teorias organizacionais. "Condenação" das teorias organizacionais pela racionalidade instrumental, enquanto razão suprema da modernidade.

THE MYTH OF THE ADMINISTRATIVE REASON

This study aims at drawing the attention to the "condemnation" to which organizational theories — while supreme reason of modernity — have been subjected by the instrumentary rationality. The avail of Greek mythology as an analogical element only strengthens the mythical character of organizational theories.

Palavras-chave:

Consciência mítica; organizações; teorias organizacionais; racionalidade instrumental; racionalidade substantiva; razão administrativa.

*1. Prólogos - Zeus, o deus olímpico****

Hesíodo descreve na *Teogonia* que a origem dos homens e dos deuses é uma só: uns e outros nasceram de uma só mãe, a Terra, Geia. Como a espécie humana, os

* Artigo recebido em out. 92 e aceito em mar. 93.

** Chefe de Departamento de Pesquisa e Publicação da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) da Fundação Getúlio Vargas — (Endereço: Praia de Botafogo, 190/502 — 22.253-900 — Rio de Janeiro, RJ.)

*** Cena inicial da comédia grega (Aristofânica) Harvey, Paul. *Dicionário Oxford de literatura clássica grega e latina*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, ed., 1987, p.131.

¹ Feyerabend, Paul. *Contra o método*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977, p. 450.

deuses gregos pertencem à totalidade do mundo, mas, “Diante dos grandes imortais, a espécie humana aparece sob o jugo do desvario e oferece o espetáculo de sua impotência congênita em encontrar recurso contra o envelhecimento ou remédio contra a morte.”² Entretanto, por sua origem comum, a vida dos homens e a vida dos deuses são constantemente comparadas; e em toda a tradição desde Homero e Hesíodo, o gênero de vida dos mortais faz referência ao dos deuses, dos deuses tão próximos, tão parecidos, que são imaginados como “seres tendo a forma do rebento humano”.³ Os deuses moram no Olimpo, vivem nas alturas, em pleno céu. É um espaço onde as estações não existem, onde o tempo não muda. Apesar disso, o topo de uma montanha, por mais elevado, não existe sem ligações com o solo terrestre. Os deuses vivem nas alturas, mas num lugar que é ainda terra.

Entre si, os habitantes do Olimpo formam uma sociedade. Ligados por relações de parentesco, aliados por casamentos endógamos, constituem um grupo fechado, grupo em que cada indivíduo é eternizado. A estrutura familiar, hierática, gera relações de força, relações de poder. É nesse ambiente que surge Zeus, representado na tradição épica como soberano, e tal soberania tem toda uma história. Na mitologia grega, Zeus é o filho mais novo de Cronos, que ele destronou após uma longa guerra no monte Olimpo e o substituiu como deus supremo. Depois da guerra, Zeus e dois de seus irmãos dividem o universo: Poseidon ficou com o mar, o mundo subterrâneo coube a Hades e a Zeus o céu e os fenômenos atmosféricos. Na realidade, essa partilha só é equilibrada na aparência. Do alto do céu, Zeus domina. Na qualidade de pai dos deuses e dos homens — diante de quem não só os deuses, mas também os mortais compartilham idêntica inferioridade — Zeus não se considera sujeito a regras democráticas. É ele quem faz a lei. Atena, sua filha, diz: “é preciso temê-lo, pois ele castiga, indistintamente, o inocente e o culpado”.

O mito é uma lenda que narra a relação dos deuses com a natureza ou, em um sentido mais amplo, é o significado da relação homem-universo. Neste último caso, a noção de mito transcende a relação mito-cultura, usada por algumas abordagens antropológicas, e assume um caráter mais abrangente, uma visão de mundo no qual ele funciona como um mobilizador de energias ligadas a movimentos históricos concretos. Aqui, utilizamos o mito como “um relato daquilo que poderia ter acontecido se a realidade coincidissem com o paradigma da realidade”.⁴ Portanto, trabalharemos com a hipótese de que as teorias organizacionais, dependentes imediatas da racionalidade instrumental, não passam de mitos daquilo que poderia ter acontecido, não daquilo que realmente ocorre no interior dos sistemas sociais organizados.

Ainda segundo Ferrater Mora, o mito na idade contemporânea, que prevalece como elemento possível e ilustrativo, não deve ser visto como um “objeto de pura investigação empírico-descritiva, nem tampouco é manifestação histórica de nenhum absoluto: é o modo de ser ou forma de uma consciência — a consciência

² Detienne, Marcel e Sissa, Giulia. *A vida cotidiana dos deuses gregos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p.18.

³ Id. *ibid.*

⁴ Ferrater Mota, José. *Dicionário de Filosofia*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1982, p.265.

mítica. Essa consciência tem um princípio que se pode investigar mediante um tipo de análise que não é empírico nem metafísico, mas — em sentido lato — epistemológico.”⁵

“Mas o que vêm a ser os olímpicos, grandes deuses familiares de nossa mitologia, no tempo dos homens?”⁶ Aqui, por analogia, Zeus manifestar-se-á sob a forma da racionalidade instrumental, razão suprema e de ascendência sobre outras razões, entre elas a razão administrativa. Os homens, dentro dos sistemas sociais organizados, estão sob a influência direta dessa potência divina. Zeus está tão presente no cotidiano gerencial/operacional que nenhuma organização pode ser criada ou instituída sem a sua presença. Zeus não é esquecido em nenhum momento, seus assuntos sempre são examinados antes dos problemas dos homens.

Maffesoli,⁷ citando Gilbert Durand, afirma que “os racionalismos e as diligências pragmáticas jamais conseguem livrar-se completamente do halo imaginário... todo racionalismo, todo sistema de razões, em si mesmo traz os seus fantasmas próprios... Será mesmo necessário admitir que a história das idéias nos dá numerosos exemplos em que o pensamento científico, uma vez em apuros, recorre ao pensamento mítico para sair do impasse.” Acreditamos que as teorias organizacionais, como projeto científico de prescrição e explicação dos fenômenos organizacionais, vivem hoje em dia a dificuldade de atender, de um lado, o crescente determinismo da racionalidade funcional/técnica, e de outro a necessidade sempre presente da emancipação humana.

A intenção, portanto, de introduzir a discussão da razão administrativa por meio da linguagem mitológica é fugir da “mesmice” e fazer uma leitura transversal do paradigma das teorias organizacionais, apoiando-nos ainda no que diz Maffesoli:⁸ “é sempre transversalmente que a vida cotidiana se afirma, salta e se ilumina, usa de astúcia e resiste.”

2. *Ágon — Zeus condena Sísifo*⁹

“... o mito já é esclarecimento e o esclarecimento acaba por reverter à mitologia.”¹⁰

Uma das lendas da mitologia grega é aquela em que Zeus manda Tãtatos matar Sísifo, rei lendário de Corinto, ao se sentir traído pelo fato de este contar para Asopo, deus-rio, que o raptor de sua filha Egina fora Zeus. Essa delação foi feita em troca de Asopo construir uma fonte no castelo de Corinto. Na primeira investida de Tãtatos, Sísifo consegue escapar, mas, na segunda, a morte consegue levá-lo ao

⁵ Id. *ibid.* p. 265.

⁶ Detienne, Marcel e Sissa, Giulia. *op.cit.*, p. 22.

⁷ Maffesoli, Michel. *Conhecimento comum*. São Paulo, Brasiliense, 1988, p.142.

⁸ Id. *ibid.*, p.136.

⁹ Cena intermediária na comédia grega. Harvey, Paul. *op.cit.*, p.131.

¹⁰ Horkheimer, Max e Adorno, Theodor. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, ed., 1985, p.15.

munho das trevas, e lhe impõe um castigo: usando os pés e as mãos, ele teria que levar um pesado bloco de mármore desde o chão até o cume de uma colina. Ao chegar, porém, ao topo, a pedra voltava a descer e Sísifo teria que repetir a tarefa indefinidamente. Parece ser este também o castigo que a racionalidade instrumental impôs às teorias organizacionais.

As teorias organizacionais, desde o advento do taylorismo ou da automação rígida aos nossos dias, da automação flexível ou do neotaylorismo, têm repetido a mesma proposta: “soldar” os homens aos sistemas produtivos, quer na produção de bens ou na de serviços. Neste texto trabalhamos com a hipótese de que a razão administrativa, prescrita ou explicada pelas teorias organizacionais, tal como Sísifo, foi condenada pela razão instrumental a carregar para cima da montanha uma pedra que sempre rola para baixo. Esse fato tem obrigado a razão administrativa, até os nossos dias, a não resolver o problema da relação homem-trabalho na “modernidade” da sociedade técnico-burocrática.

Esse fenômeno mítico pode ser confirmado na imagem que Walter Benjamin fez do inferno com a modernidade. Michael Löwy faz a seguinte observação:

“Em que sentido, portanto, o inferno é aos olhos de Benjamin a alegoria que condena os traços essenciais da modernidade? De um lado, enquanto catástrofe permanente (Strindberg), de outro, enquanto repetição desesperadora das ‘penas eternas e sempre novas’ (fórmula do vaudeville *Ciel et enfer* citado no artigo de 1939). Sob esse ângulo, o pior dos infernos é o da mitologia grega, onde padecem Sísifo, Tântalo e as Danaides, condenados ao eterno retorno da mesma punição. É o destino do operário, prisioneiro da linha de montagem, que Benjamin (citando Engels) compara a Sísifo. Daí também a inscrição na entrada das fábricas (mencionada por Marx) e a queorna as portas do Inferno de Dante.”¹¹

O estudo crítico da Ilustração (século XVIII) e, por via de consequência, da racionalidade instrumental na sociedade contemporânea, tem início com os trabalhos do Instituto de Pesquisa Social (Institut für Sozialforschung) ou Escola de Frankfurt, como é mais conhecida. A crítica é acentuada a partir dos trabalhos que o Instituto desenvolveu no exílio, nos EUA, entre 1933 e 1950,¹² sob a liderança de Max Horkheimer.

Na *Dialética do esclarecimento*,¹³ originalmente publicada em 1944, Horkheimer e Adorno alertam para o fato de que a classe governante coloca, a serviço da dominação, uma racionalidade tecnológica que era uma traição à essência da razão que teria por princípio ser emancipadora, isto é, um processo de desenvolvimento da consciência do homem. O uso da razão tecnológica implica reificação do homem e, mais além, leva ao extremo da racionalidade formal, instrumental, calculadora e manipulativa nas relações de produção. Diga-se de passagem que esse tipo de preocupação já existia quando o Instituto ainda estava na Alemanha e Horkheimer

¹¹ Löwy, Michael. *Redenção e utopia: o judaísmo libertário na Europa Central*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p.104.

¹² Bottomore, Tom. *The Frankfurt School*. London, Routledge, 1984, p.12.

¹³ Horkheimer, Max e Adorno, Theodor. op.cit.

assumiu a sua direção. Naquele momento, foi feita uma pesquisa sobre as atitudes dos operários e funcionários públicos frente a uma diversidade de questões na Alemanha e nos demais países da Europa desenvolvida.

Ainda na *Dialética do esclarecimento* os autores dizem: “Ninguém tem que se responsabilizar oficialmente pelo que pensa. Em compensação, cada um se vê desde cedo num sistema de igrejas, clubes, associações profissionais e outros relacionamentos, que representam o mais sensível instrumento de controle social.”¹⁴ Acrescentam: “A manutenção de uma atmosfera de camaradagem (segundo os princípios da ciência empresarial — atmosfera essa que toda fábrica se esforça por introduzir a fim de aumentar a produção — coloca sob controle social o último impulso privado, justamente na medida em que ela aparentemente torna imediatas, repriva-tiza, as relações dos homens na produção.”¹⁵

Desde o advento do taylorismo-fordismo ou da automação rígida,¹⁶ até os nossos dias do pós-fordismo ou da automação flexível,¹⁷ que a Administração, como área de conhecimento, procura conciliar o mito da razão instrumental com a necessidade que tem o homem, enquanto razão substantiva, de manifestar-se autarquicamente.

“A racionalidade instrumental ou funcional¹⁸ é o processo organizacional que visa alcançar objetivos prefixados, ou seja, é uma razão com relação a fins em que vai predominar a instrumentação da ação social dentro das organizações, predomínio este centralizado na formalização mecanicista das relações sociais, em que a divisão do trabalho é um imperativo categórico, através do qual se procura justificar a prática administrativa dentro dos sistemas sociais organizados (...) A razão substantiva é a percepção individual-razional da interação de fatos em determinado momento. O que significa dizer que o ator social dentro das organizações (administradores e

¹⁴ Id. *ibid.* p.140.

¹⁵ Id. *ibid.* p.141.

¹⁶ *Automação rígida* originada do taylorismo na especialização por tarefa e aperfeiçoada pelo fordismo na linha de montagem; tanto a ferramenta como a máquina são projetadas dentro dos limites permitidos pela mecânica. Esse processo se baseia na produção em massa de produtos homogêneos, utilizando a tecnologia rígida da linha de montagem, com máquinas especializadas e rotinas de trabalho padronizadas. Com esse processo consegue-se uma maior produtividade através da economia de escala.

¹⁷ *Automação flexível* ou automação por integração; os equipamentos projetados pela tecnologia flexível permitem modificar a distribuição dos diferentes fluxos de produção no seio da fábrica (fluxo de energia, de materiais, de peças, de ferramentas, de produtos em curso de fabricação) com vistas a limitar os “tempos mortos” e os “tempos improdutivos”. Ou, ainda, “melhorar a taxa de engajamento de trabalhadores (intensificação do trabalho) e máquinas (melhor rendimento de capital fixo) e reduzir os ‘estoques’ inerentes aos materiais, peças e produtos em processo de fabricação.”

¹⁸ “A ação social, como toda ação, pode ser: 1) *racional em relação a fins*: determinada por expectativas no comportamento, tanto de objetos do mundo exterior como de outros homens, e utilizando essas expectativas como ‘condições’ ou ‘meios’ para alcançar os fins próprios racionalmente calculados e perseguidos; 2) *racional em relação a valores*: determinada pela crença consciente no valor — ético, estético, religioso ou qualquer outra forma, como seja interpretado — próprio e absoluto de uma determinada conduta, sem relação alguma com o resultado, ou seja, puramente pelos méritos desse valor; 3) *afetiva*, especialmente emotiva, determinada por afetos e estados sentimentais atuais; 4) *tradicional*, determinada por costumes arraigados.” Weber, Max. *Economia y sociedad*. México, Fondo de Cultura Económica, 1977, v.I, p.20. A primeira e a segunda ações seriam, respectivamente, racionalidade funcional e racionalidade substantiva.

administrados) deveria desenvolver suas relações e forma de produzir segundo a sua maneira particular de perceber a ação racional com relação a fins. No entanto, isso não ocorre devido a “razões” que só a razão funcional procura explicar.”¹⁹

A racionalidade substantiva, segundo Guerreiro Ramos,²⁰ é um ato que “atesta a transcendência do ser humano, sua qualidade de criatura dotada de razão.” Ou seja, o trabalhador, através de sua experiência, pode perceber o processo produtivo de maneira diferente daquele projetado pelos responsáveis pela racionalidade técnica. Além do mais, o objetivo do trabalho humano é a transformação da natureza. É através desse trabalho que o homem se vê inserido num mundo criado por ele próprio. Pela elaboração do mundo objetivo, o criador se vê na criatura, o sujeito no objeto. Decorre disso que o homem só pode se realizar numa atividade produtiva sobre a qual tenha controle. Quando o homem perde a propriedade e o controle de seu trabalho, perde também a si próprio.

A questão que colocamos é se a razão administrativa, como conhecimento empírico-dedutivo manifestado através das teorias organizacionais, é capaz de atender à deseabilidade de uma decisão gerencial. Isto é, como o conflito entre a razão funcional e a razão substancial pode ser minimizado dentro dos sistemas sociais organizados se, soberanamente, o momento da razão instrumental difere do momento da razão substantiva?

Na realidade, as teorias organizacionais até hoje não produziram uma resposta satisfatória a essa pergunta. O que verificamos é que tais teorias, em suas orientações dominantes, têm-se aperfeiçoado no ocultamento da realidade organizacional, isto é, no embate entre sistema e mundo-da-vida.²¹ Esse embate tem sido vencido pela razão instrumental que, ao teorizar sobre o homem como força de trabalho, o faz como objeto de estudo, despotencializando-o como sujeito. Essa análise desenvolveu-se a partir da matriz weberiana de identificação das patologias congênitas da cultura ocidental, por meio do processo de modernização que, no dizer de Lukács,²² promoveu o fenômeno da reificação, e segundo Marcuse,²³ unidimensionalizou o homem. Fenômeno que, através das teorias organizacionais, pode ser observado com o advento da organização científica do trabalho do tipo taylorista, onde a busca da eficiência produtiva (*one best way*) promove uma das modalidades mais impositivas para controlar o processo de trabalho: cada operário tem que operar uma tarefa

¹⁹ Tenório, Fernando G. Tem razão a Administração? In: *Revista de Administração Pública — RAP*. 24(2):6, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, fev./abr.,1990.

²⁰ Guerreiro Ramos, Alberto. *Administração e contexto brasileiro*. 2. ed., Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1983, p.40.

²¹ *Mundo-da-vida*, categoria básica na proposta habermasiana da razão comunicativa, transcende o mundo cotidiano dos atores sociais para abranger não somente o horizonte da consciência (sociedade, personalidade e cultura), mas também o contexto da comunicação lingüística, a *praxis* comunicativa do dia-a-dia. Siebeneichler, Flávio Beno. *Jürgen Habermas: razão comunicativa e emancipação*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989, p.117.

²² Luckács, George. *Historie et conscience de classe*. Paris, Les Éditions de Minuit, 1965.

²³ Marcuse, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*. 5. ed, Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

específica, em lugar determinado, em dia determinado, com procedimento determinado, em uma posição determinada.

Whyte, no seu clássico livro *The organization man*,²⁴ identificou o problema descrevendo, com preocupação, os prejuízos que a onipotência da racionalidade instrumental causaria na conduta dos seres humanos dentro das organizações. Marcuse²⁵ vai mais além: “A linguagem funcional unificada é uma linguagem irreconciliavelmente anticrítica e antidialética. Nela, a racionalidade operacional e behaviorista absorve os elementos transcendentais, negativos e de oposição da Razão.”

Por sua vez, Alberto Guerreiro Ramos,²⁶ em seu último livro — *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações* — afirma que a síndrome comportamentalista que tem grassado nas teorias organizacionais contemporâneas “é uma disposição socialmente condicionada que afeta a vida das pessoas quando estas confundem as regras e normas de operação peculiares a sistemas sociais episódicos de regras e normas de sua conduta como um todo.”

Do início do século XX (com o taylorismo), passando pelo comportamentalismo, chegando ao seu final com a teoria de sistemas aplicada às organizações, o fenômeno do homem como objeto e não como sujeito persiste. O homem “entra” como um “insumo” que serve de “recurso” para ser processado a fim de alcançar uma “saída” sob a forma de um “produto” que vai ser mensurado (controlado) pelos critérios/padrões preestabelecidos, com o objetivo de verificar se houve ou não “retroalimentação”. Ou seja, predomina toda uma linguagem de coisificação do homem que é homogeneizado com os demais recursos: humanos, financeiros, materiais, tecnológicos e quejandos.

Aragão,²⁷ citando Habermas, diz: “Com essas novas organizações, surgem perspectivas sistemáticas, das quais o mundo-da-vida é distanciado e percebido como um elemento do meio ambiente circundante ao sistema. As organizações ganham autonomia através de uma demarcação em relação às estruturas simbólicas de mundo-da-vida; se tornam peculiarmente indiferentes à cultura, à sociedade, e à personalidade...”

A deterioração do indivíduo sob o comando da racionalidade instrumental é tão grande que “para muitas pessoas já é uma impertinência dizer eu”.²⁸ O homem, sob a razão funcional, passa a praticar uma pseudopersonalidade que é produtora de improvisações e dramatizações em que, a cada dia, a sociedade exige um novo desempenho de papel. Esse fenômeno faz com que a pessoa fique constantemente dividida entre a vida profissional e a privada, ficando a última “entre intimidade e

²⁴ Whyte, William Hollingsworth. *The organization man*. New York, Anchor Books, 1957, p.1.

²⁵ Marcuse, Herbert. op cit., p.102.

²⁶ Guerreiro Ramos, Alberto. *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*. Rio de Janeiro, FGV, 1981, p.52.

²⁷ Aragão, Lucia Maria de C. *Razão comunicativa e teoria social crítica em Jürgen Habermas*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1992, p. 99.

²⁸ Morse, Richard M. *O espelho de próspero: cultura e idéias nas Américas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p. 122.

a imagem pública, e a intimidade cindida entre a mal-humorada companhia do casamento e o amargo consolo da solidão, que põe o indivíduo em luta consigo mesmo e com os demais.²⁹ O homem perde a sua individualidade quando a sociedade passa a ser taticamente administrada e ele torna-se presa da “homelética pseudo-racional”³⁰ e do poder assimilador de grupos de interesses e de colegas. Portanto, o conflito entre a racionalidade instrumental e a substantiva é solucionado, acriticamente, pelo tecnocrata da gestão através dos supostos da razão administrativa em nome da eficiência, da eficácia e da efetividade ou, segundo o mais contemporâneo modismo, da tríade qualidade, competitividade e produtividade.

A chamada Terceira Revolução Industrial vem reforçar ainda mais, de outro modo, o caráter instrumental das relações sociais dentro das organizações. O processo produtivo passa a desenvolver-se não mais exclusivamente por esquemas do tipo tayloriano-fordista, mas sim por sistemas de *chips*, nos quais transfere a rotinização da linha de montagem para a monotonia informatizada. Essa transferência consolida ainda mais o sistema capitalista na medida em que “A racionalização crescente da produção industrial pela tecnologia de ponta, inclusive da informática, tem como efeito evidente (...) modificar a composição orgânica do capital através da substituição do capital variável pelo capital constante, da mão-de-obra pela máquina, a fim de aumentar a mais-valia relativa.”³¹

Até mesmo o paradigma da racionalidade gerencial japonesa, que tanto ufana a “gerencialha periférica”, produz sua enfermidade: *karoshi*, morte por excesso de trabalho. Enquanto a média de trabalho europeia é de 1.499 horas, a japonesa é de 2.016. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), 40% dos trabalhadores japoneses têm medo de contrair essa doença. Apesar deste excesso de trabalho, “o que o capitalismo estilo japonês conquistou é um sistema que paga a seus trabalhadores menos do que teoricamente deveriam ganhar”.³²

Usando os argumentos de Rocha,³³ percebemos que “tem-se tornado a cada dia mais difícil sustentar a preeminência do conhecimento” da razão administrativa “como único cuja importância seja inequívoca para a forma de vida que praticamos”,³⁴ ou gerenciamos, nas organizações. “O reconhecimento disso traduz a frustração daquela esperança algo arrogante”³⁵ da razão instrumental na “moderna sociedade ocidental”,³⁶ pelo menos como até agora tem-se apresentado.

²⁹ Id. *ibid.*, p.122.

³⁰ Id. *ibid.*, p.123.

³¹ Rouanet, Sérgio Paulo. *As razões do iluminismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p. 25.

³² Fallows, James. “O que pode salvar a economia.” In: *Política externa*. São Paulo, Paz e Terra/USP, v. 1, n. 1, jun. 1990, p.127.

³³ Rocha, Alexandre Sérgio da. “Cientificidade e consenso: esboço de uma epistemologia a partir da teoria consensual da verdade de Jürgen Habermas. In: *Epistemologia: a cientificidade em questão*. Alberto Oliva (org.), Campinas, Papirus, 1990, p. 117.

³⁴ Id. *ibid.* p.178.

³⁵ Id. *ibid.* p.178.

³⁶ Id. *ibid.* p.178.

3. Êxodos - Sísifo busca uma saída³⁷

*"Mas, ao lado dos castigos definitivos, existe a via real da reparação e do diálogo entre deuses e mortais, que é o sacrifício."*³⁸

Apesar de Sísifo ter sido condenado por Zeus, ele foi "considerado o mais astucioso dos homens",³⁹ e acreditamos que, apesar do castigo de (e)levar a pedra indefinidamente para o "cimo", numa das descidas Sísifo faça uma pausa para meditar e tome consciência do seu problema, semelhante ao de um operário: "trabalha todos os dias de sua vida nas mesmas tarefas e esse destino não é menos absurdo".⁴⁰ Quais são então as chances de Sísifo para encontrar uma saída do problema?

Verificamos que a saída não pode ser feita exclusivamente pelas teorias organizacionais, já que estas, por recorrerem à racionalidade instrumental, tendem a homogeneizar o homem dentro das organizações, impedindo que a racionalidade substantiva desenvolva o seu potencial emancipatório. Em artigo que publicamos,⁴¹ levantamos a hipótese de que a saída poderia ser antiparadigmática. Dizíamos:

"O antiparadigma, há que buscá-lo fora da bibliografia que privilegia a funcionalidade. E esta bibliografia não-convencional encontra-se nos escritos deserdados pela tecnocracia e pela comunidade acadêmica. Podemos achá-los nos escritores tidos como 'malditos' pelo 'sistema' ou nos textos dos partidários da acracia, por exemplo, cujas idéias, por mais absurdas que possam ser para alguns, podem contribuir para aperfeiçoar o conhecimento administrativo."

A intenção desse primeiro artigo foi provocar o marasmo no qual me encontrava diante do excessivo funcionalismo das teorias organizacionais. Em segundo artigo,⁴² tentei identificar uma outra razão que minimizasse o conflito entre a racionalidade instrumental e a substantiva. Naquele momento, aventava a possibilidade de que o processo antitético entre as duas racionalidades poderia ser solucionado pela razão comunicativa habermasiana,⁴³ embora fizéssemos a seguinte observação:

"... a questão que se pretende discutir é de como fomentar o paradigma da razão comunicativa dentro de espaços sócio-formais nos quais predomina a razão instrumental. Que estratégias devemos utilizar para melhor socializar o processo de tomada de decisão nas organizações? Será que a utilização de algum tipo de

³⁷ Cena final da comédia grega. Harvey, Paul. op.cit, p.131.

³⁸ Detienne, Marcel e Sissa, Giulia. op.cit., p.84.

³⁹ Harvey, Paul. op.cit., p. 466.

⁴⁰ Camus, Albert. *O mito de Sísifo*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1989, p.143.

⁴¹ Tenório, Fernando G. Anomalia do fato administrativo. *Revista de Administração Pública - RAP*. Rio de Janeiro, FGV, 23(2): 7, abril 1989.

⁴² _____. Tem razão a Administração? *Revista de Administração Pública - RAP*. Rio de Janeiro, FGV, 24(2):09, fev./abr. 1990.

⁴³ Habermas, Jürgen. *História y crítica de la opinión pública: la transformación estructural de la vida pública*. México, Ediciones G.G., 1986, p. 32.

estratégia não instrumentalizaria a razão comunicativa? Ou tem razão a administração em manter a sua racionalidade instrumental?" De maneira irônica, Javier Murgueza compara a situação ideal de diálogo habermasiana com a 'comunhão dos santos'."

Semelhante questão foi também objeto de indagação:⁴⁴ "Uma pergunta se impõe: sua tentativa de fundamentação para a teoria social crítica não será tão fundamentalista a ponto de ter que descobrir uma nova forma de razão para justificar a própria vontade de emancipação inscrita na espécie humana?" Portanto, considero ainda muito cedo para Sisifo, apoiando-se na razão comunicativa, libertar-se da razão instrumental.

Por outro lado, se aceitarmos a tese de Fukuyama⁴⁵ de "que a humanidade atingiu o ponto final de sua evolução ideológica com o triunfo da democracia liberal ocidental...", as teorias organizacionais, pelo que até agora têm demonstrado, vêm desenvolvendo suas explicações e prescrições para atender ao mercado, ficando cada vez mais dependente da racionalidade instrumental, filha predileta do capital.

Assim, o motivo que nos levou de volta a uma leitura antiparadigmática, isto é, a recorrer à mitologia grega para uma vez mais provocar o marasmo da razão administrativa, é que persiste o ceticismo quanto a qualquer tipo de saída. Quem garante, por exemplo, que não existe autoritarismo por trás do processo de automação flexível? Uma das idéias centrais desse novo sistema de produção é a eliminação do operário de execução do tipo taylorista, substituído pelo operário qualificado (polivalente) de controle de equipamentos. Isso não significa absolutamente que o empregado passe a ser mais livre ou menos alienado do que o primeiro.

Tal sistema de produção vem bem a gosto da onda neoliberal; os robôs⁴⁶ não têm conflitos, não reivindicam aumentos salariais, não fazem greve, estão livres de quaisquer problemas familiares, da influência de sindicatos e da Justiça do Trabalho.

Que teremos que sacrificar perante o oráculo de Zeus em Dodona, no Épiro, para minorar o sofrimento de Sisifo? O que se tem sacrificado nos últimos anos é o taylorismo-fordismo e colocado à disposição de Sisifo robôs, na tentativa de aliviá-lo da pesada e repetida tarefa de (e)levar a pedra para cima do monte Hades. Será que a simples substituição da automação rígida pela automação flexível alivia o castigo que Zeus determinou? Não será mais esse um novo artifício da todo poderosa razão instrumental de mais uma vez impedir a emancipação do homem?

⁴⁴ Aragão, Lucia Maria de C. op.cit., p. 63.

⁴⁵ Anderson, Perry. *O fim da história: de Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1992, p.11.

⁴⁶ "... robô é um manipulador reprogramável, multifuncional, projetado para mover materiais, peças, ferramentas ou dispositivos especializados através de movimentos programados variáveis a fim de desempenhar uma variedade de tarefas." Grasman, Gerardo. Automatización de la producción: el caso de la industria de los robots. In: *Mapa Económico Internacional*. México (DF), Centro de Investigación y Docencia Económica, n. 4, 1985, p.153; Tauile, José Ricardo. *O desenvolvimento internacional da robótica: dados e reflexões*. Rio de Janeiro, UFRJ/IEI, 1990, p. 02.